

Izabel dos Santos

entrevista

Maira Mathias
Com colaboração de Claudia Marques

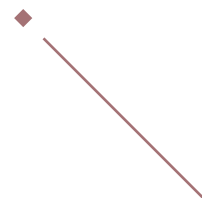
Não dá para falar em educação profissional em saúde no Brasil sem mencionar o nome de Izabel dos Santos. Idealizadora de programas como Larga Escala e Profae, Izabel tem lutado – ou persistido paciente-mente, como gosta de frisar – em defesa de uma formação de nível médio ampla, que valorize a experiência do trabalhador e ultrapasse os muros da escola. Como enfermeira do Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp), passou por muitos lugares, onde acumulou experiências valiosas para a formulação do que considera ser uma proposta inclusiva de educação. Ela divide alguns desses 'causos' na entrevista a seguir. Esperamos que, a partir desta leitura, você conheça um pouco mais as ideias da mulher que virou referência obrigatória para as Escolas Técnicas do SUS.

Você costuma dizer em entrevistas que a ideia de uma escola flexível surgiu de um questionamento feito por uma atendente de enfermagem que perguntou a você se não dava para fazer o curso de auxiliar de enfermagem sem sair do serviço. 'Escola-função' em substituição à 'escola-endereço': quanto ainda falta avançar nesta direção? O que já foi superado?

O Ministério da Saúde (MS) ganha a configuração atual a partir da criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Antigamente, tínhamos o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) para um canto e o MS – que só se preocupava com campanha –, para o outro. Os exércitos de homens que trabalhavam nas grandes endemias recebiam um treinamento rápido, pontual, para "acabar" com o problema.

A 8ª Conferência – que definiu saúde como direito do cidadão e dever do Estado –, foi o começo de um movimento de reestruturação dos serviços de saúde. Com a incorporação do Inamps, o MS assumiu uma rede de serviços. Começaram a surgir problemas, porque ele não tinha estrutura para definir uma política de formação. E as pessoas desqualificadas e empregadas constituíam um exército de miseráveis, sem perspectiva nenhuma, porque sem escolaridade, geograficamente dispersos, pessoas já com idade que não podiam sair do interior para vir para a 'escola-endereço'.

“ Mas disso até a ‘escola-função’ foram 20 anos de solidão. Não foi uma coisa que aconteceu do dia para a noite, não foi milagre! Foi suor e lágrimas! ”



É por isso que a menina me perguntou se era possível. Eu fui consultar a legislação e verifiquei que havia um mecanismo alternativo, mas cercado de preconceito, que era o ensino supletivo. E vi que ele tinha quatro funções, sendo uma delas a qualificação profissional. Mas disso até a 'escola-função' foram 20 anos de solidão. Não foi uma coisa que aconteceu do dia para a noite, não foi milagre! Foi suor e lágrimas! Foi fazer e desfazer, foi atropelo. A escola-função existe não porque seja bonita e, sim, por um esforço desesperado de incorporar um grande contingente de excluídos.

E a construção da metodologia, como foi?

A grande pergunta era: como criar essa escola, gerando um processo pedagógico que não fosse de exclusão? Era desafio para tudo quanto é canto. E, primeiro, precisávamos resolver a questão metodológica. Decidi começar pelo problema da reprovação em massa. Os exames de suplência chegavam a reprovar 90%. Então propus uma inversão: e se, ao invés de a preocupação ser com a técnica pedagógica – como ensinar –, a pergunta fosse: como é que eles aprendem?

O discurso hegemônico em educação profissional era o *taylorismo*, que lesou a qualidade técnica do trabalhador e o serviço também. O lema "músculos pulando, cabeça desligada" não pode ser aplicado no setor saúde, onde o trabalho não deve ser automatizado, nem decorado ou robotizado. Como fazer essa turma pensar? Quer dizer, eles estavam pensando, mas na cultura deles, não na cultura da saúde, com conhecimento científico.

Eu trabalhava junto com uma moça da Educação que entendia muito de legislação e falava para ela: "Ena [Galvão], vê o que a lei permite fazer. O que a lei proíbe, nós não vamos fazer desobediência civil. Mas o que a lei omite, nós vamos avançar".

Essa escola tem, antes de tudo, um projeto político-pedagógico. Ela é multiprofissional, ou seja, prepara todo o pessoal de educação profissional para o SUS. A escola tem um processo centralizado de planejamento, de coordenação, de avaliação, e um sistema descentralizado de execução e tem núcleos regionais, que são os núcleos de execução curricular. Esses núcleos são muito importantes, mas nós ainda não podemos tê-los propriamente estruturados porque quando você menos espera, vão lá e derrubam as Escolas.

Como surgiu o método da problematização?

Já havia experiências semelhantes no Brasil. Hortência de Hollanda mexia com educação para a saúde e estava desenvolvendo um tipo de metodologia que era a da problematização, que propõe que a pessoa construa o conhecimento devagar, com a ajuda do instrutor. Só que ela tinha experiência com educação para a saúde e não com educação profissional, que é outra coisa. Era preciso criar um jeito de adaptar.

Por exemplo, para que os alunos aprendessem com mais facilidade, ao invés de disciplina por disciplina, eu agrupava anatomia e patologia, músculo e órgão, estrutura com função. Para que ninguém esquecesse porque que o braço vira, porque que o braço roda... E, assim, a turma ia aprendendo mais rápido, porque eles tinham muita dificuldade para decorar. E não tinha material didático suficiente para preparar, nem texto, nem visual nem nada, era cru.

"O trabalho da saúde é um trabalho reflexivo". Partindo dessa frase sua, gostaria que você falasse sobre a importância do professor-trabalhador na proposta de educação em serviço.

Essa escola-função deveria estar localizada onde tinha o serviço. Ao invés de ser o prédio, era o serviço. Porque o docente? Esse processo é como se eu estivesse consertando um trem em movimento. Quer dizer, o aluno não sai do trabalho, o profissional não sai do trabalho e você tem que manter o serviço funcionando. O serviço não pode parar. E aí? O jeito é pegar o cara do serviço. Primeiro, porque, se é assim, se o trabalho do aluno vai ser a produção da unidade, ele vai ter que fazer o que a unidade precisa e vivenciar o processo de trabalho real. Então os alunos aprendem ali, junto com o professor que também é bom profissional daquele processo, porque se não for não adianta.

No desenvolvimento da metodologia da problematização um dos obstáculos eram os professores, que eram formados na didática tradicional, de decorar, de repetir. Deu mais trabalho qualificar os professores do que os alunos. Mas nós fizemos cursos para eles.

O professor tem que, primeiro, rever como ele aprendeu a matéria. Segundo, ter domínio total da prestação de serviço. E, em terceiro lugar, ter uma verdadeira compreensão de como as pessoas aprendem para ajudar a problematizar o real para que o aluno aprenda.

O que significa fazer um currículo baseando-se no conceito de competências?

Quando nós começamos ninguém falava em competências. É uma expressão de cinco anos para cá. Essa foi uma história bastante trágica. Uma vez uma atendente estava trabalhando e teve um problema de contaminação e o pessoal falou assim para ela: "Você vai ser demitida, porque contaminou o berçário, estão morrendo não sei quantas crianças" e ela chorando e dizendo: "Eu não fiz isso. Olha aqui o pano que eu lavo". O pano era o seguinte: ela passava água, tirava a terra, o sangue e, para ela, estava limpo. Saía semeando micróbio no hospital inteiro. Aí eu desconfiei que estava faltando um elo na história toda. Quer dizer, ela não tinha ideia, micróbio era uma coisa que ela não conseguia entender, ela não via!

Então eu fazia experiências junto com eles. Onde eu trabalhava, tinha uma ordem que o pessoal devia andar com sapato com sola de borracha. Eu sabia o motivo, mas eles não. Iam trabalhar de tamanco... Aí eu pensei: como vou ensinar o conceito de atrito? Na prática. Falei para todo mundo andar em marcha rápida no corredor. Uns caíam, outros não caíam, uns escorregavam, outros não. Falei para parar, separei quem tinha escorregado e quem não tinha e pedi para eles explicarem o que havia acontecido. "Ah, porque é magro, porque é gordo"; "Mas esse também é gordo e não escorregou". Ia eliminando, fazendo eles entenderem até chegar no sapato. Assim, eles entenderam que quem não escorregou estava com sapato de borracha. "Porque o sapato de borracha não escorrega?"; "Ah, porque ele cola no chão". Aumentava o atrito e não escorregava. E assim eu ia. Limpo, sujo, ia fazendo esses exercícios com eles até chegar, mais tarde, a construir um currículo com muito mais coisa. No começo foi assim, engatinhando, pensando, em um desespero constante para encontrar uma forma de alcançá-los. E o professor, que é formado pelo tradicional, se não fizer uma autocrítica e continuar ensinando repetindo o que ele fala, nesse processo, está fadado ao fracasso. Eles não aprendem, não gera competência.

A competência tem três pilares: o saber do conhecimento que é esse, difícil de construir, o saber de como fazer, que é mais específico e varia conforme a profissão, e o saber de como ser, que é o ético-profissional, ou seja, como ele se comporta naquele grupo de trabalhadores sendo ele próprio trabalhador.

Não tem bicho de sete cabeças não, desde que você tenha esses princípios básicos. E o respeito pela cidadania, pelo indivíduo, pelo direito que ele tem de ser incluído. Ele é excluído não é porque ele é mau-caráter e quer. É porque a sociedade o excluiu. Isso para mim é a coisa mais importante. Não sabíamos de nada e fomos descobrindo apenas pelo compromisso com eles.

Qual é o papel das Escolas Técnicas do SUS na sociedade brasileira de hoje? Do que elas precisam para fazer cumprir esse papel?

A própria sociedade, por ser conservadora, atrapalha as ETSUS de desempenharem seu papel. Você vê o número de excluídos, é uma coisa assustadora. E as escolas tradicionais foram pensadas para preparar a elite, não para trabalhar os excluídos. Eles que se danem, que morram burros, que não tenham chance de se organizar porque não têm identidade. As ETSUS estão crescendo, mas não em um sistema linear. Vai, vem, cai, volta. Mas elas estão avançando; umas mais, outras menos.

Quando o MS era exclusivamente campanhista, não tinha uma estrutura organizacional que o permitisse definir uma política pública de Estado. Hoje, ele teve que criar uma SGTES para poder ter peso político, para poder ditar e organizar uma política de educação profissional. Aí você pergunta: e as Escolas? Qual é o papel delas? As ETSUS são um instrumento para que os gestores estaduais e municipais operem essa política. Só que, no Brasil, os gestores não são gestores, estão gestores. Se a Saúde investisse pesado nesse projeto de as Escolas serem instrumento de viabilização da educação profissional, seria um sucesso.

“ Nós estamos surfando junto com a sociedade. Estamos ainda na Ficha Limpa, imagina quando vamos chegar lá! (...) As coisas caminham lentamente? Sim, mas eu acredito no processo histórico.”

Como a gestão poderia avançar?

Eu falo sempre que nós, até agora, não tivemos chance de trabalhar com esses gestores convenientemente, mas ainda é tempo. Daqui para frente, eles têm que enxergar essas Escolas como instrumento para operarem a política de educação profissional e não para fazer treinamento. É para dar oportunidade para que as pessoas se organizem politicamente, tenham acesso à educação profissional e até à pós-graduação. Nós estamos surfando junto com a sociedade. Estamos ainda na Ficha Limpa, imagina quando vamos chegar lá! Não sei se eu estarei viva, acho que não, mas não pode desistir. Sempre cobrando e sempre avançando e discutindo. As coisas caminham lentamente? Sim, mas eu acredito no processo histórico. Para você mexer com coisas mais duradouras você tem que ir devagar, não pode ir a ferro e fogo. Porque a sociedade levou anos para ser estruturada desse jeito. Você imagina quantas rupturas a gente fez para fazer essa escola-função? Ruptura do sentido da educação, muitas rupturas em termos de direitos humanos, da definição da natureza do trabalho em saúde... Eu não estranho que demore não.

■ Qual foi o legado que o Larga Escala deixou para a educação profissional em saúde? E quais lições o Profae pode ensinar para aqueles que lutam por uma ampliação da oferta de educação técnica em saúde para o nível médio?

Não são coisas diferentes. São a mesma coisa com nomes diferentes, em momentos diferentes. Sem o Larga Escala não aconteceria o Profae. Sem o Profae não aconteceria, hoje, uma SGTES. Por quê? Quando eu pensei essa escola-função eu pensei em um estado-escola, uma escola-estado. E o que aconteceu? Nós debatemos muito junto à sociedade a questão do pessoal desqualificado. O Larga Escala fez com que o pessoal desqualificado não fosse uma paisagem, fosse reconhecido como problema contra a própria sociedade na prestação de assistência.

E aí, de repente tinha a lei do exercício da enfermagem que proibiu leigos de trabalharem e eles começaram a prender os atendentes. Eram camburões lá em São Paulo levando as atendentes presas. Foi uma convulsão. Aí um dia estava no MS quando chega o sindicato de um lado e o Conselho Federal de Enfermagem do outro. Falei, bom, vamos recorrer ao ministro, porque o negócio não pode continuar desse jeito, uma guerra declarada. Ai o MS autorizou a iniciação de um projeto de formação. Eu falei: agora que eu vou botar pra rolar o Larga Escala, vou turbinar. Aí juntamos um grupo e fomos montar o projeto do Profae. Foi só enfermagem porque era o problema do momento. Nós fizemos o Profae com dois componentes: um que olhava para trás, para o mundo enorme de pessoal desqualificado prestando assistência, na época 270 mil atendendo, e um olhar para frente, que era criar mecanismos de sustentabilidade dessa política de formação, que eram as Escolas Técnicas. O Profae deu muita força na estruturação das ETSUS. Então, sem o Larga Escala não haveria o Profae, e, a partir do Profae, houve um coroamento da discussão nacional da educação profissional em saúde. Acho que, por conta disso, criaram a SGTES, mas não tenho certeza. ■

